

Informativo FJP e Sedese

Estudos Populacionais: Mercado de Trabalho

v.3 n.7 - 28 de maio de 2021

Este documento é fruto da parceria técnica entre Sedese e FJP



Emprego e Renda: PNAD Contínua e Novo CAGED

O Informativo de Emprego e Renda é uma produção conjunta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), por meio da Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte), e da Fundação João Pinheiro (FJP), por meio da Coordenação de Estudos Populacionais da Diretoria de Estatística e Informações (Direi). Tem por objetivo acompanhar e atualizar a conjuntura do mercado de trabalho em Minas Gerais.

Síntese dos resultados

- A taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2021 é a maior da série histórica da PNAD Contínua, em Minas Gerais. Estima-se que havia 1,482 milhão de desocupados no estado.
- A subutilização também atingiu níveis recordes, alcançando 27,7% da força de trabalho ampliada. Havia 503 mil mineiros desalentados e 765 mil subocupados por insuficiência de horas trabalhadas.
- Em relação ao último trimestre de 2020, a PNAD Contínua mostra destruição de 62 mil postos de trabalho. Houve criação de 106 mil empregos assalariados com carteira assinada compensada, principalmente, pela redução de 118 mil empregados do setor público e 28 mil trabalhadores por conta própria.
- Os dados do Novo CAGED reforçam os resultados da PNAD Contínua quanto ao mercado formal de trabalho.
- Em abril de 2021, segundo dados do Novo CAGED, Minas Gerais teve saldo positivo de 13.942 postos de trabalho, decorrente de 149.767 admissões e 135.825 desligamentos.

PNAD Contínua

No primeiro trimestre de 2021, a taxa de desocupação alcançou 14,7%, no Brasil, e 13,8%, em Minas Gerais, o que representou acréscimo de, respectivamente, 2,5 pontos percentuais (p.p.) e 2,3 p.p., em relação ao mesmo período de 2020 (Gráfico 1). Estima-se que, no estado, havia 191 mil desocupados a mais do que no primeiro trimestre de 2020, totalizando um contingente de 1,482 milhão de pessoas. Esse resultado deve-se, principalmente, à destruição de 621 mil postos de trabalho e só não foi maior porque houve saída de 422 mil pessoas da força de trabalho.

Na comparação com o trimestre anterior (out a dez de 2020), houve aumento da taxa de desocupação em oito unidades da Federação e Minas Gerais foi uma delas. Esse é o maior nível deste indicador na série histórica da pesquisa, iniciada em 2012, tanto no estado quanto no país.

A taxa ampliada de subutilização da força de trabalho (percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial em relação à força de trabalho ampliada) atingiu 27,7% no estado, aumento de 4,3 p.p. na comparação com o primeiro trimestre de 2020, e de 0,9 p.p. em relação ao trimestre anterior - resultado do aumento de todos os seus componentes (Gráfico 2).

Gráfico 1: Taxa de desocupação – Brasil e Minas Gerais – 1º trim. 2012 a 1º trim. 2021 – (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

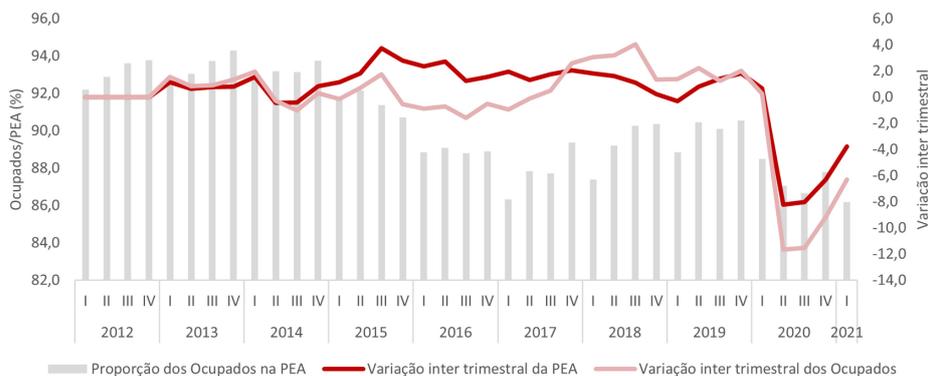
Gráfico 2: Taxas de subutilização da força de trabalho – Minas Gerais – 1º trim. 2012 a 1º trim. 2021 – (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

O Gráfico 3 mostra a evolução da ocupação em Minas Gerais e sua relação com a força de trabalho (população economicamente ativa – PEA). Nota-se o menor nível ocupacional, desde 2012, totalizando 86,2% no primeiro trimestre de 2021, contra 87,8% no trimestre imediatamente anterior e 88,5% no mesmo período de 2020. Enquanto a força de trabalho retraiu 3,8% na comparação com o último trimestre de 2020, a população ocupada apresentou diminuição de 6,3% no mesmo período. **É essa combinação de redução de postos de trabalho e da força de trabalho simultaneamente que arrefeceu a elevação do desemprego em Minas Gerais no período recente.**

Gráfico 3: Proporção de ocupados na PEA e variações inter trimestrais da PEA e dos ocupados – Minas Gerais – 1º trim. 2012 a 1º trim. 2021 – (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

Vale destacar que o auxílio emergencial pago pelo governo federal até dezembro de 2020 permitiu que muitos brasileiros saíssem do mercado de trabalho na condição de desocupados, diminuindo a PEA e, por conseguinte, o volume de desempregados. A partir de abril de 2021, o auxílio voltará a ser pago pelo governo, mas com valor reduzido e contemplará, num primeiro momento, somente os trabalhadores que receberam os pagamentos no ano passado e que continuam atendendo aos critérios mínimos, ou seja, as pessoas que passaram a ter direito, como é o caso de muitos informais, ficarão de fora. Se não absorvidos pelo mercado de trabalho, esse contingente voltará a pressionar a taxa de desemprego.

Em relação ao mesmo período de 2020, houve destruição de 621 mil postos de trabalho. O declínio do nível ocupacional atingiu todas as condições na ocupação, com destaque para os empregados no setor privado com carteira assinada (-259 mil), trabalhadores por conta própria (-121 mil), empregadores (-74 mil) e trabalhadores domésticos (-72 mil). Contudo, na comparação com o trimestre anterior, o contingente ocupado reduziu 0,7%, o que significou 62 mil postos de trabalho a menos no primeiro trimestre de 2021 (Tabela 1). Esse resultado poderia ter sido pior, se não fosse a recuperação das ocupações do setor privado, com carteira assinada, principalmente dos trabalhadores domésticos.

Embora todas as categorias tenham apresentado retração, no longo prazo, a participação do trabalho por conta própria na população ocupada total tem trajetória ascendente, passando de 21,1% em 2012 para 24,9% em 2021; e o contingente de trabalhadores assalariados com carteira assinada, trajetória descendente, passando de 39,2% para 36,5% no mesmo período, sugerindo uma tendência de substituição de uma condição por outra.

Tabela 1: Distribuição dos ocupados por condição na ocupação – Minas Gerais – 1º trim. de 2021/1º trim. de 2020 e 1º trim. de 2021/1º trim. de 2020 – (%)

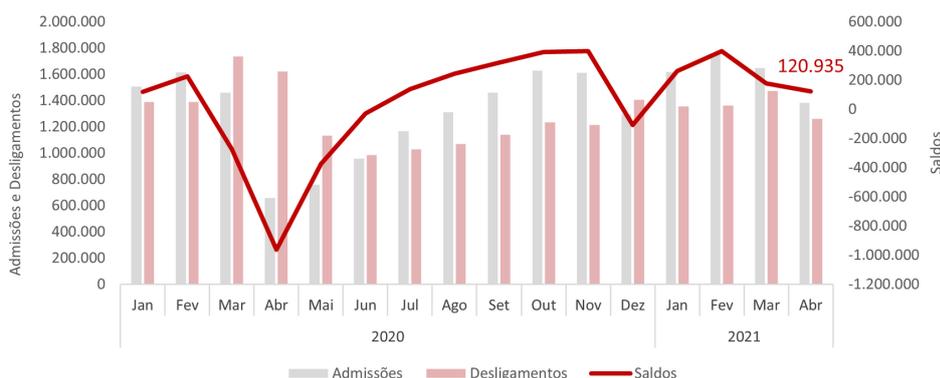
Especificação	2020-I	2020-IV	2021-I	Variação [%]	
				2021-I/ 2020-I	2021-I/ 2020-IV
Força de trabalho - ocupada	9.862	9.303	9.241	-6,3	-0,7
Empregados	6.667	6.269	6.252	-6,2	-0,3
Empregado no setor privado	4.737	4.350	4.440	-6,3	2,1
Com carteira de trabalho assinada	3.633	3.268	3.374	-7,1	3,2
Sem carteira de trabalho assinada	1.104	1.082	1.066	-3,4	-1,5
Trabalhador doméstico	731	648	659	-9,8	1,7
Com carteira de trabalho assinada	216	201	220	1,9	9,5
Sem carteira de trabalho assinada	516	448	440	-14,7	-1,8
Empregado no setor público	1.199	1.271	1.153	-3,8	-9,3
Com carteira de trabalho assinada	150	148	129	-14,0	-12,8
Sem carteira de trabalho assinada	290	333	257	-11,4	-22,8
Militar e funcionário público estatutário	760	790	766	0,8	-3,0
Empregadores	532	459	458	-13,9	-0,2
Trabalhador por conta própria	2.455	2.331	2.303	-6,2	-1,2
Trabalhador familiar auxiliar	207	244	228	10,1	-6,6

Fonte: Ministério da Economia - Novo Caged. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

Novo CAGED

Em abril de 2021, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED), houve criação líquida de 120.935 vínculos formais de emprego no país, resultado de 1.381.767 contratações e 1.260.832 desligamentos (Gráfico 4).

Gráfico 4: Admitidos, desligados e saldo de empregos formais – Brasil – jan. 2020 a abr. 2021 – (vínculos)



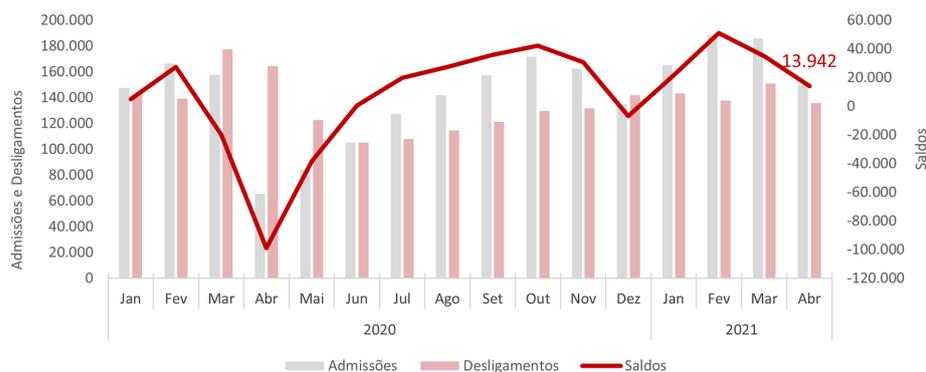
Fonte: Ministério da Economia - Novo Caged. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

Em Minas Gerais, também houve saldo positivo de empregos formais. Foram 13.942 postos de trabalho criados (Gráfico 5), decorrentes de 149.767 admissões e 135.825 desligamentos.

No Brasil, o saldo de abril representou um crescimento de 0,3% no estoque de empregos formais na comparação com o mês anterior, resultado semelhante ao de Minas Gerais, onde o crescimento gerado foi de 0,33% na mesma ótica de comparação. No acumulado de janeiro a abril de 2021, houve incremento líquido de 957.889 empregos no país e de 121.497 em Minas Gerais. Com isso, o estado ficou em segundo lugar entre as unidades federativas com maior saldo, atrás apenas de São Paulo (284.942).

Destaca-se, contudo, que os saldos de abril foram inferiores aos saldos dos três primeiros meses de 2021, devido muito mais à diminuição dos desligamentos do que ao aumento das contratações. A título de ilustração, em Minas Gerais as admissões que ocorreram em abril, quando comparadas a março de 2021, diminuíram 19,1%, ao passo que as demissões decresceram 9,9%. Já no Brasil, esses percentuais foram de 16,1% e 14,2%, nessa ordem. Essa dinâmica do mercado formal pode ser reflexo da reedição no mês de abril do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego (BEm) pelo governo federal.

Gráfico 5: Admitidos, desligados e saldo de empregos formais – Minas Gerais – jan. 2020 a abr. 2021 – (vínculos)



Fonte: Ministério da Economia - Novo Caged. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

Na comparação com o mesmo período do ano anterior (janeiro a abril de 2020), Minas Gerais apresentou crescimento de 2,9% no saldo, superando a variação média nacional de 2,4%.

No acumulado dos últimos 12 meses (maio de 2020 a abril de 2021) foram criados 1.935.616 empregos de carteira assinada no país e 232.218 em Minas Gerais.

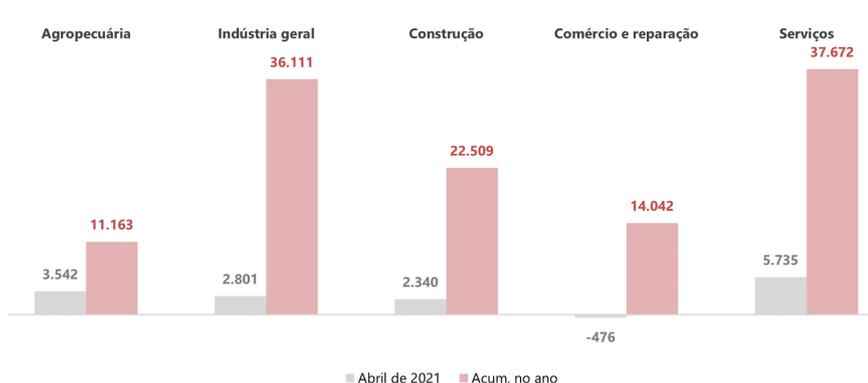
Os dados do Novo CAGED vêm reforçar os resultados da PNAD Contínua para o mercado de trabalho formal.

Os Mapas 1.1 e 1.2 mostram a variação relativa do saldo de empregos formais em abril de 2021 frente ao mês anterior (março de 2021) e a variação relativa do saldo no acumulado do ano frente ao mesmo período de 2020, por Regiões Geográficas Intermediárias (RGIInts[1]), nessa ordem.

Em abril, apenas duas RGIInts apresentaram variação negativa: Divinópolis (-0,4%) e Governador Valadares (-0,7%). Destaque positivo para as RGIInts de Patos de Minas (1,5%), Montes Claros (0,9%) e Teófilo Otoni (1,0%), que apresentaram as maiores variações positivas frente a março de 2021.

[1] A atual regionalização do território brasileiro, divulgada pelo IBGE em 2017, apresenta duas escalas de desagregação: as regiões geográficas imediatas e as regiões geográficas intermediárias, antes conhecidas como microrregiões e mesorregiões geográficas respectivamente. Em Minas Gerais são 70 regiões geográficas imediatas e 13 regiões geográficas intermediárias.

Gráfico 7: Taxas de variação da ocupação por setor de atividade – Minas Gerais – 1º trim. 2021/1º trim. 2020 e 1º trim. 2021/4º trim. 2020 – (%)



Fonte: Ministério da Economia - Novo CAGED. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

Conclusão

No geral, os resultados da PNAD Contínua evidenciam uma deterioração do mercado de trabalho brasileiro, com a desocupação e subutilização atingindo patamares sem precedentes, desde 2012, tanto no estado quanto no país, ao passo que o Novo CAGED sinaliza uma recuperação contínua do mercado formal, com criação líquida de vínculos. Essas divergências têm sido debatidas pelos especialistas de mercado de trabalho que ressaltam a natureza e metodologia distintas das pesquisas. Nesse sentido, considerando a atualidade do debate, vale destacar algumas tendências apontadas pelas estatísticas.

O mercado de trabalho brasileiro como um todo continua sentindo os efeitos da crise econômica aprofundada pela pandemia do coronavírus. A tão esperada recuperação, advinda da reabertura de setores da economia bastante prejudicados pelas restrições sanitárias, está aquém das expectativas. O avanço da pandemia no país e o ritmo lento de vacinação têm provocado muitas incertezas e, por conseguinte, efeitos negativos na economia e no emprego. Somam-se a isso os impactos da pandemia nas atividades tradicionais de comércio e alguns serviços que, antes da crise sanitária, eram desempenhadas presencialmente e parecem estar ganhando novos contornos (quicá definitivos) com o comércio on-line e a transformação de lojas físicas em pontos de retirada de produtos ou pontos de distribuição, afetando negativamente o emprego.

Apesar do cenário desfavorável, o mercado de trabalho formal tem se mostrado resiliente, com criação líquida de vagas desde o início de 2021. Destaca-se, contudo, a diminuição desse ritmo em Minas Gerais e no Brasil devido, sobretudo, à queda das contratações, haja vista a diminuição dos desligamentos entre março e abril de 2021 – reflexo da reedição do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego (BEm) em 28 de abril de 2021.

Mais uma vez, vale reforçar que as estatísticas do Novo CAGED devem ser analisadas com cautela. O estoque de trabalho formal no país abarca 46% da População Economicamente Ativa (PEA) brasileira, 40% da mineira e menos de 30% da População em Idade Ativa (PIA) tanto no Brasil quanto em Minas Gerais. Dito de outra forma, há um grande contingente de trabalhadores informais, desempregados e subutilizados que não entram no cômputo do Novo CAGED, mas que são captados pela PNAD Contínua. Por isso, essa última retrata de forma mais completa a situação do mercado laboral no Brasil e no estado.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Presidência
Helger Marra Lopes

Vice-presidência
Monica Moreira Esteves Bernardi

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES
Diretora
Eleonora Cruz Santos
Coordenadora Geral
Daniele Oliveira Xavier

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS POPULACIONAIS
Denise Helena França Marques Maia

EQUIPE TÉCNICA
Denise Helena França Marques Maia
Glauber Flaviano Silveira
Nícia Raies Moreira de Souza
Plínio Campos de Souza

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

SUBSECRETARIA DE TRABALHO E EMPREGO
Raphael Vasconcelos Amaral Rodrigues

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E FOMENTO AO TRABALHO E À ECONOMIA SOLIDÁRIA
Marcel Cardoso Ferreira de Souza

DIRETORIA DE MONITORAMENTO E ARTICULAÇÃO DE OPORTUNIDADE DE TRABALHO
Amanda Siqueira Carvalho

EQUIPE TÉCNICA
Amanda Siqueira Carvalho
Karen Michelle Antônia de Oliveira
Thiago Morais Moreira

Contato: amanda.carvalho@social.mg.gov.br

Arte Gráfica e diagramação - Bárbara Andrade

Contato: denise.nia@fjp.mg.gov.br



DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.